



11 A 13
DE DEZEMBRO
DE 2024

EVENTO PRESENCIAL
NA UFRPE RECIFE

2º Congresso Internacional de Agroecologia
e Desenvolvimento Territorial (CIADT)
11º Seminário de Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial (SEADT)

TEMA

Agroecologia política, sistemas alimentares e transições agroecológicas

UNIVASF UNEB APOIO CAPES

Herança Biocultural e reconhecimento de agriculturas tradicionais Xukuru do Ororubá, no bioma Caatinga, Nordeste do Brasil

Marina de Sá Costa Lima. Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável; Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); E-mail: marina.scl@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0589413766115048>; ORCID: 0000-0002-7497-5463.

Linha de Pesquisa: Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares.

1 Introdução

O debate das transformações de sistemas agrícolas tradicionais (SATs) (Adams, 2000; Emperaire *et al.*, 2016), refletido na herança biocultural e o reconhecimento próprio de povos indígenas enquanto detentores intelectuais na ampliação da agrobiodiversidade são cruciais para autonomia e soberania alimentar, territorial e no mundo (Toledo; Barrera-Bassols, 2015). Trata-se de *habitus* específicos e quando assumidos como traços identitários, na defesa de seus territórios, podem proteger um *bem viver* geracional e servir de resistência frente às disputas agrárias, em meio ao Império Alimentar (Fialho, 1992; Val; Rosset, 2022).

O autorreconhecimento defendido (Fraser, 2007), consciente e politicamente, pelos povos indígenas e tradicionais a respeito da proteção da herança biocultural (Toledo; Barrera-Bassols, 2015), vem atuando como um dispositivo cultural fundamental na preservação desse legado em seus territórios. Se por um lado, os SATs estão tendo maior repercussão à nível nacional e internacional, via TIRFAA¹ (FAO/ONU)¹, Tratado de Nagoya, Programas GIAHS² e Protocolos Bioculturais em que as instituições formais proporcionam um “reconhecimento”, por outro ainda faltam estudos sobre as condições que os propiciam e os guardiões de

¹ TIRFAA - Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura; FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; ONU – Organização das Nações Unidas.

² GIAHS - Globally Important Agricultural Heritage Systems ou SIPAM - Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial.

conhecimentos tradicionais que dinamizam esse saber e os mantêm frente às adversidades sociopolíticas, agrárias e ambientais.

Este trabalho busca compreender como o reconhecimento próprio e conhecimentos tradicionais sobre plantas alimentícias, em redes informais do Povo Xukuru do Ororubá, viabilizam o aumento da variabilidade de plantas em SATs, numa perspectiva etnobotânica crítica e agroecológica, enquanto defesa do território Indígena (TI) do município de Pesqueira e Poção/PE, no bioma caatinga, nordeste do Brasil.

2 Referencial teórico

Partir da “Herança Biocultural” de um povo, requer a busca por integrar outras noções sobre biodiversidade, em especial, a de seus povos ancestrais que criaram e mantêm, numa dinâmica de vida, diversos espaços de sociabilidade e cultura profundamente conectados à natureza (Toledo; Barrera-Bassols, 2015). Esses modos geracionais de habitar o mundo entre humanos e não-humanos estão entrelaçados por conhecimentos em redes tradicionais de base familiar e comunitária, num território por onde circulam conhecimentos e práticas associados à biodiversidade local.

Inseridos num contexto político de disputa agrária local e crises socioecológicas mundial, a memória salvaguardada por povos indígenas e tradicionais, como herança biocultural, ainda sofre com processos de forte erosão genética, perda de saberes e adversidades climáticas (Peroni; Hanazaki, 2002; Rosset; Altieri, 2018). Embora a revolução “duplamente” verde ainda seja implementada à base da acumulação *primitiva* do Capital, com expropriações e etnocídio, mais de 50% das terras cultiváveis permanecem manejadas por povos tradicionais, em sistemas diversificados com ampla diversidade agrícola, os chamados sistemas agrícolas tradicionais no Brasil (Pedroso-Junior *et al.*, 2008; Empeaire, 2010; Eloy *et al.*, 2020).

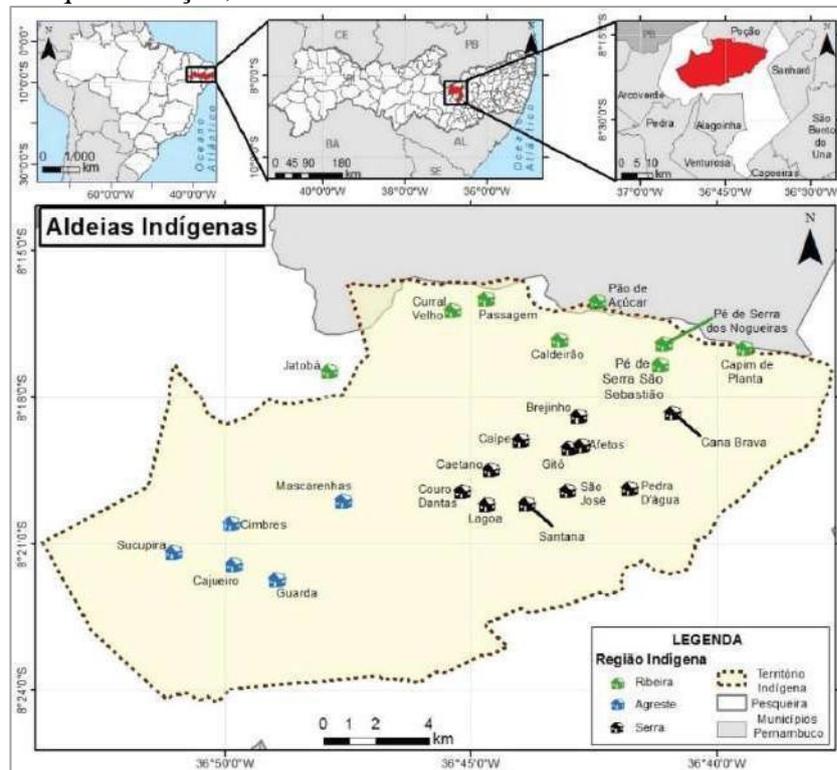
Pesquisas antropológicas e etnobotânicas pioneiras sobre práticas de manejo indígenas revelaram a sofisticação do chamado “conhecimento tradicional” (Posey, 1985; Balée, 1989) ou, mais recentemente, Conhecimento Tradicional Associado – CTA às plantas (Empeaire *et al.*, 2016). Em estudos agroecológicos, de diferentes padrões e escalas, está presente a noção de *indissociabilidade* entre cultura e natureza, as “culturalezas”, a memória biocultural construída por meio de processos coevolutivos entre pessoas e plantas (Sevilla-Guzman, 1995; Toledo; Barrera-Bassols, 2015). Enquanto outros reforçam a importância da visibilidade dos SATs em seus contextos socioeconômicos, como elemento essencial (Rosset; Altieri, 2018).

Partindo da constatação ainda frequente da marginalização na sociedade mais abrangente, essas pesquisas engajadas podem dar um suporte para a reflexão da real importância, de como será a continuidade e capacidade de resiliência desses sistemas agrícolas tradicionais, em constantes mudanças e suas contribuições para as próximas gerações.

3 Metodologia

Idas preliminares, com posterior construção de projeto e adaptações de acordo com lideranças e interlocutores nas demandas locais, junto ao consentimento livre e esclarecido, carta de anuência do Cacique e demais preceitos segundo o Comitê de Ética. O caráter confidencial das informações foi resguardado em todas as etapas no Território Indígena Xukuru do Ororubá (T.I.), município de Pesqueira e Poção, em região do bioma Caatinga, no Estado de Pernambuco, nordeste brasileiro (Figura 1).

Figura 1. Localização geográfica e divisão local das regiões socioambientais e aldeias, no T.I. Xukuru do Ororubá, em Pesqueira/Poção, 2018



Fonte: Maurício H.R.

A abordagem agroecológica, com enfoque em SATs, deu suporte para a análise dos diálogos de saberes, em grupos focais, partindo da premissa de que os CTAs possuem um peso relevante frente à academia formalizada, tida como mediadora. A unidade geradora da

diversidade inter e intraespecífica considerada é a unidade familiar, junto às redes de parentesco e afinidades. As agriculturas tradicionais, nesse território, são de base familiar. No campo, a observação direta foi desenvolvida junto às “trilhas guiadas” (Emperaire *et al.*, 2016), com poucos agricultores da região, contabilizando espécies em unidades amostrais de quintais, roças de policultivos, áreas de pousio, capoeiras e florestas.

Foram realizados estudos, em diferentes momentos, com uma viagem em 2019, duas em 2020, sete em 2021 e dois em 2024, sendo analisado em parte nessa pesquisa. Para o levantamento etnobotânico de saberes e espécies alimentícias, os formulários abrangeram questões acerca de experiências em agriculturas tradicionais, localmente conhecidas como “*agricultura de tôco*” e as mudanças nesses sistemas. Na análise de dados foram aplicados os conceitos sobre a proteção da Herança Biocultural Indígena e agroecologia (Toledo; Barrera-Bassols, 2015).

4 Resultados e Discussão

Após um longo processo de luta pela terra (Fialho, 1992), outro processo emerge com a retirada da maioria dos fazendeiros de gado, agroindústria e extensas monoculturas: a volta das antigas práticas de agriculturas tradicionais, preservadas nas memórias indígenas e repassadas por meio de herança biocultural, numa dinâmica adaptativa que ainda sofre forte pressão agrária e mercadológica.

Em 2001, ao conquistar o direito ao território demarcado, o caso dos Xukuru do Ororubá vem dando continuidade e mobilizando para processos de “Retomadas das Agriculturas Xukuru do Ororubá”, buscando agora um autoreconhecimento para visibilizar de fato os agricultores e agricultoras tradicionais que criam, circulam e conservam “sementes tradicionais” e locais, em todo território indígena.

Aqui entendidas como agriculturas tradicionais, essas “retomadas” de terras e da agricultura, enquanto meio de vida desse povo, remetem às antigas disputas agrárias, pelo direito de cultivar, registrados em vários momentos históricos, tal como relata Fialho (1992), fatos que culminaram com a demarcação do território indígena. Não há como separar a disputa pela terra, do reconhecimento próprio de uma herança biocultural. Para efeito de análise de “sistemas agrícolas tradicionais” nesta pesquisa, foram consideradas as formas de manejo dos Xukuru que dependem principalmente da agricultura para viver, para reprodução social.

4.1 Caminhos da Agrobiodiversidade: variedades na alimentação dos Xukuru do Ororubá

Observando as demandas locais de “Retomadas de Sistemas Agrícolas X.O.”, foram realizadas entrevistas abertas e aplicados formulários semiestruturados às 30 lideranças e detentores de CTA às espécies alimentícias, sendo 60% mulheres, com faixa etária de 29 a 75 anos, com mais de 15 anos no trato da terra, nascidos no Território Indígena X.O., em grande parte residentes na Região Serra (67%).

No total foram referidas 173 etnoespécies, com 180 etnovarietades, usadas para alimentação, a maioria de uso intensivo e sazonal (89%) e as demais, de usos eventual e irregular. Destas etnoespécies, destacam-se 32 (97 etnovar) cultivadas em quintais, sendo três exclusivamente espontânea, e 12 (73 etnovar) manejadas intensivamente em roças, inseridas em ambos os espaços; 17 espécies (7 etnovar) são extraídas nas Matas vizinha às aldeias. Quanto ao número de etnovarietades, sobressaíram *macaxeira e mandioca*, *batata* e *bananeira*, propagadas vegetativamente, e *feijão*, *fava* e *milho*, via plantio de sementes e por autofecundação (Figura 2).

Figura 2. Diversidade agrícola: fava e feijão de corda, intensamente manejados; corôa de frade, extraído em “lajeiro”; macaxeira rosinha; cará-lambu, na mata, durante trabalho de campo, no TI Xukuru do Ororubá, Pesqueira/Poção, 2021



Fonte: A Autora.

De acordo com estudos nas áreas humanas e naturais, o número de espécies mencionadas para alimentação pelos interlocutores é considerado elevado (Pedroso- Junior *et al.*, 2008; Araújo; Amoroso, 2012). A contemporaneidade e frequência de uso, segundo os indígenas, foram categorizadas localmente como: cultivos de “*forte cuidado*” (manejo intensivo) para as espécies encontradas principalmente nas roças e algumas em quintais; cultivos que necessitam de “*algum tipo de cuidado*”; e as espécies colhidas, extraídas, as quais não necessitam de “*nenhum cuidado*”.

Os interlocutores explicitaram que nas dinâmicas de roças, das roças de quintais, as de pousio, mais antigas, de capoeira, podem durar atualmente 5 anos. De modo geral, todos afirmaram uma diminuição das áreas de pousio, de 2 a 5 anos de descanso da terra, indicando uma pressão por cultivos comerciais. Esses espaços de manejo são estratégias tradicionais de conservação, apontado pelos indígenas como reservas de sementes (germoplasma *in situ*), para ser utilizados tanto em seleções e criações de variedades, em

momentos de multiplicação e inserção de antigos e novos cultivos, como verificado por Peroni e Hanazaki (2002), em sistemas agrícolas itinerantes na Floresta Atlântica.

Para os interlocutores, diferentes tipos de variedades foram mencionados, como originárias da região, outras que “vieram de fora” (origem externa) trazidas por amigos ou parentes que migraram, visitaram ou retornaram, formando uma “rede tradicional” ou informal de circulação de plantas e conhecimentos que abrangem territórios pluriétnicos: de indígenas, camponeses e quilombolas, do agreste ao sertão. Outras são de origem mais recente adquiridas em feiras, em redes com apoios institucionais.

As etnovariedades tidas como resistentes à seca são a fava *olho de ovelha* e o milho *baitité*. Há as variedades antigas que “desaparecem” em tempos duros deseca, mas se recuperam com trocas ou doações de vizinhos, numa imbricada relação entre diferentes redes no território e região. A menção às variedades “raras” (macaxeira *fogo na serra*) ou ditas “desaparecidas”, tais como: *cambadinha* e *lavandeira* é uma realidade cada vez maior. A perda e erosão das espécies e CTA fazem parte do fenômeno global da sexta extinção em massa da biodiversidade (Kolbert, 2015), acelerado pelas mudanças climáticas no Capitaloceno.

Num mundo em amnésia biocultural (Toledo; Barrera-Bassols, 2015), a acumulação acelerada do Capital e a falta de proteção efetiva a esses saberes e seus detentores, traz forte apreensão sobre futuros possíveis e apontam para a valorização de agriculturas tradicionais que geram diversidade agrícola como processos identitários pluriétnicos. Processos de manejos resilientes que remetem aos antigos povos habitantes da *Abya Yala* (Américas), há mais de 12 mil anos (Plotkin, 1995).

As espécies alimentícias colhidas em trilhas entre aldeias, nas capoeiras e matas, nos lajedos, são basicamente as arbóreas nativas, da caatinga e mata atlântica, com ciclos de frutificação, tais como se destacam *ingá caixão quadrado*, *ingá de metro*, *ingá nativo*, *araçá*, *umbu-cajá*, *muriçi*, *ameixa do mato*, *maracujá do mato*. No caso de raízes, foram indicadas três etnoespécies não cultivadas, apenas colhidas, como a *cafofa*, *araruta* e o *cará do mato*. Das cactáceas alimentícias, sobressaíram a *macambira*, *facheiro*, *mandacaru* e *corôa de frade*, poucos mencionaram a *palma*.

A espécie com maior número de variedades mencionadas pelos indígenas é a mandioca e a macaxeira, somaram 33 (etnovar). Para a primeira, as variedades identificadas como preferidas, dentre as demais, foram a *casco roxo*, *pai antonio* e *purnunça* (também tida como sagrada). Quanto a macaxeira, as preferidas são a *boa mesa*, *amarelinha* e *manteiga*. Comumente, povos indígenas mantêm suas variedades antigas, apesar da ampla disponibilidade das variedades modernas.

Numa prática agrícola de manejo tradicional, segundo Emperaire (2010), a circulação de manivas em “roças antigas”, em processo de sucessão florestal ou não, e “roças novas” geram uma amplificação da variabilidade genética dessa espécie (via seleção do agricultor e polinização cruzada da planta), mantida em “clones” através das manivas. Não raro, as manivas são doadas pela mãe para a nova família que cresce e, assim, as plantas percorrem todo um território pela forte atuação das mulheres indígenas.

Muitos já não querem trabalhar na agricultura porque antigamente tinha um inverno controlado, enquanto hoje passam por períodos incertos e prolongados de estiagem. Nesse aspecto, as mulheres se destacaram ao demonstrar interesse em espécies usadas como “*alimento forte*”, em contextos de adversidades sociais e climáticas, tais como nas lutas pela terra, em tempos de estiagens, secas, friagem, fome, doenças, sustança às crianças e idosos, como um meio para restaurar a imunidade humana, especialmente no período pandêmico.

Não apenas na Amazônia, mas boa parte das populações indígenas no Nordeste do Brasil, frequentemente, cultivam uma ampla variedade de plantas, como meio de vida (Silva; Andrade, 2004; Katz; Van Velthem, 2019). Dentre as quais, as plantas preferidas como comestíveis e as mais resistentes são transformadas em pratos nutritivos e saborosos indicando um potencial para estratégias de autonomia e segurança alimentar. Enquanto outras, se destacam pela preferência sociocultural e importância de uso sagrado, alimentício e terapêutico no fortalecimento da imunidade, de grande utilidade para restauração da saúde.

5 Conclusões

Diversas aldeias, no TI Xukuru do Ororubá, vêm buscando um autoreconhecimento da centralidade de agriculturas tradicionais para a autonomia alimentar, o que reforça processos identitários, com base numa herança biocultural. Ao assegurar uma pluralidade genética de plantas alimentícias, numa “resistência poligênica” de sementes tradicionais que não dependem, necessariamente, de agrotóxicos e insumos externos, esses guardiões e guardiãs protegem não só as sementes, mas as trajetórias de vida de seu povo materializadas em seu território.

Apesar de processos de erosão e perda latente de conhecimentos e variedades locais, preteridas pela coerção biotecnológica global e transgenia das commodities, os Xukuru do Ororubá mantiveram uma vasta memória biocultural em seu território, através de processos coletivos de “redes tradicionais”, de trocas de plantas e saberes, nos SATs. Essas redes possuem uma confluência pluriétnica, predominantemente de parentesco e compadrio, ainda bastante invisibilizadas na academia e políticas públicas, sem o devido reconhecimento.

A proteção dos conhecimentos e conservação desses SATs representam uma forte resistência alimentar que necessita e permitem florestas no Território Indígena, ainda frequentemente atacado em disputas de conflitos locais e o poderio das oligarquias agrárias. As “sementes vivas” circulando juntas às trajetórias do *Povo Semente*, Xukuru do Ororubá, num amplo território pluriétnico do Agreste e Sertão, representam um elemento-chave da agrobiodiversidade e resistência das trajetórias humanas e não-humanas para um bem viver, em seus territórios.

Retomar memórias bioculturais representa uma proteção da herança genética de um povo, como memória política, afetiva e cosmológica. Neste estudo, não se pretendeu traduzi-las, mas explicitá-las num diálogo de saberes, relacionando aos processos de reconhecimento próprio, pelo direito ao território e autonomia nutritiva, enquanto fator prioritário para manter soberania alimentar e saúde ecossistêmica.

6 Agradecimentos

Esse trabalho não seria possível sem a permissão do Povo Xukuru e lideranças, especialmente pelas mulheres indígenas, no acolhimento e colaboração incondicional. Agradeço ao apoio da Facepe pela bolsa cedida e a parceria da Fiocruz- RJ. Ainda reforço o apoio importante de dois pesquisadores nas contribuições.

7 Referências

ADAMS, C. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos Caiçaras: uma revisão. **Interciência**, v. 25, n. 3, p. 143-150, 2000.

ARAUJO, C. R.; AMOROZO, M. C. M. Manutenção da diversidade agrícola em assentamentos rurais: um estudo de caso em Moji-Mirim - SP, Brasil. **Biotemas**, Florianópolis, SC, v. 25, n. 3, p. 265-80, 2012.

BALÉE, W.L. The culture of Amazonian forests. In: Posey D.A.; BALÉE, W.L. (Eds.). Resource Management in Amazonia. **Advances in Economic Botany**, v. 7, n. 1, p. 1-21, 1989.

ELOY, L. *et al.* Os sistemas agrícolas tradicionais nos interstícios da soja no Brasil: processos e limites da conservação da agrobiodiversidade. **Confins** 45, 2020.

EMPERAIRE, L.(org.). **Dossiê de registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**.

ACIMRN / IPHAN / IRD / Unicamp-CNPq, Brasília, 2010, 235 p.

EMPERAIRE, L.; ELOY, L.; SEIXAS, A.C. Redes e observatórios da agrobiodiversidade, como e para quem? Uma abordagem exploratória na região de Cruzeiro do Sul, Acre. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n. 11, p. 159-92, 2016.

FIALHO, V. **As fronteiras do ser Xukuru**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. 1992, 152 p.

FRASER, N. Reconhecimento Sem Ética? **Lua Nova**, São Paulo, v. 70, p. 101-138, 2007.

KATZ, E.; VAN VELTHEM, L.H. Produits de terroir ou système agricole? Patrimonialisation de l'alimentation en Amazonie brésilienne. **In Situ: Revue des Patrimoines**, v.41, 2019.

KOLBERT, E. **A sexta extinção: uma história não natural**. 1ª ed. Rio de Janeiro: intrínseca, 336p., 2015.

PERONI, N.; HANAZAKI, N. Current and lost diversity of cultivated varieties, especially cassava, under swidden cultivation systems in the Brazilian Atlantic Forest. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v. 92, n. 2-3, p. 171-183, 2002.

PEDROSO-JUNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 153-174, 2008.

PLOTKIN, M.J. The importance of ethnobotany for tropical forest conservation. In : SHULTES, R. E. ; REIS, S.V. (Eds) **Ethnobotany: Evolution of a discipline**. Portland: Dioscorides Press, p.147-156, 1995.

POSEY, D.A. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapó indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**. v.3, n. 2, p. 139-158, 1985.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecología ciencia y política**. 3ª ed. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología -SOCLA, 2018, 206p.

SEVILLA GUZMÁN, E. **El marco teórico de la agroecología**. Córdoba. ISEC/Universidad de Córdoba, 1995.

SILVA, V. A.; ANDRADE, L.H.C. O significado cultural das espécies botânicas entre indígenas de Pernambuco: o caso Xucuru. **Biotemas**, v. 17, n.1, p. 79 - 94, 2004.

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais** (1ª ed.). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

VAL, V.; ROSSET, P M. **Agroecología(s) emancipatoria(s) para un mundo donde florezcan muchas autonomias**. Buenos Aires, Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; San Cristóbal de Las Casas, Chiapas: Cooperativa Editorial Retos; Guadalajara, Jalisco: Cátedra Jorge Alonso: Universidad de Guadalajara, 2022, 54 p.